

PAGUE, SENHOR CONTRIBUINTE! NOVO AEROPORTO IRÁ CUSTAR 9 MIL MILHÕES DE EUROS

MAIORIA DOS PORTUGUESES NÃO QUER IMIGRANTES INDOSTÂNICOS NO PAÍS

FERNANDO MEDINA É ARGUIDO POR SUSPEITAS DE PREVARICAÇÃO

UM SANTO NATAL

LUÍSA AREOSA
DEPUTADA

MOÇÃO DE CENSURA DO CHEGA FAZ CAIR GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

Capture o código QR
e acompanhe Online



ATUALIDADE

GOVERNO MARCA CONSULTAS FICTÍCIAS PARA REDUZIR LISTAS DE ESPERA NO SNS

P. 02



GOVERNO MARCA CONSULTAS FICTÍCIAS PARA REDUZIR LISTAS DE ESPERA NO SNS

POR FOLHA NACIONAL

O CHEGA recebeu vários emails, na última semana, a relatar "agendamentos fictícios" de consultas nos hospitais portugueses. Entre eles, dois se destacam. Um com o assunto "doentes agendados externamente", relata que a unidade de saúde não tinha conhecimento da marcação da consulta, não sabia o motivo do agendamento, bem como não tinha espaço e, por isso, foi obrigada a cancelar a marcação. "Tomámos conhecimento de quatro doentes (processos que foram agendados sem conhecimento ou parecer da equipa de Neurocirurgia), 2 em cada manhã, num programa cirúrgico que não é exequível e que resultará forçosamente no cancelamento de alguns doentes", pode-se ler no email. Já o outro email indicava que o serviço de Urologia não conhecia os critérios de marcação daquela respetiva consulta e afirmava que as expectativas criadas deveriam ser respondidas superiormente. "O serviço de Urologia desconhece os critérios do presente

agendamento, que não foi clínico. Assim, não se confirma, o presente agendamento e não existe ainda uma data. O doente vai ser reavaliado em consulta externa, já anteriormente marcada, e previsivelmente será chamado com a brevidade possível, atendendo à gravidade dos muitos doentes em espera cirúrgica (internamento e LIC [lista de inscritos para cirurgia]). As expectativas criadas no doente com este agendamento fictício, devem ser respondidas superiormente, sobre os contornos éticos, deontológicos e legais". Ou seja, trata-se de indícios de que pode estar a haver agendamentos fictícios para o Governo reduzir as listas de espera. "É tempo deste Governo dar explicações aos portugueses sobre o caos em que está o SNS [Serviço Nacional de Saúde] e sobre a fraude que anda a fazer com as consultas fictícias", começou por acusar o líder do CHEGA, que admitiu ter enviado as denúncias para o gabinete do primeiro-ministro. "Nós temos informação detalhada, alguma dela provenien-

te dos hospitais portugueses, em como diretores de serviços de hospitais e diretores clínicos levantam a questão de 'como foram marcadas estas consultas' e interrogam-se sobre a questão ética e legal destas consultas de só terem sido marcadas, para que o tempo médio de espera ou para que as listas de espera diminuam, sendo as pessoas depois informadas que a consulta não está marcada e que o agendamento é fictício. Aliás, em alguns emails que temos connosco, são os próprios serviços hospitalares que chamam a isto 'agendamento fictício'", declarou em conferência de imprensa à comunicação social. André Ventura quer perceber se há quem dê ordens para os agendamentos à revelia dos médicos — uma questão que já tinha surgido na quarta-feira da semana passada, no debate quinzenal. O presidente do CHEGA informou que vai fazer chegar ao Procurador-Geral da República as denúncias para serem analisadas. Nesta senda, o CHEGA revelou que vai chamar a ministra da Saúde ao Parlamento, com

carácter de urgência, para pedir o esclarecimento sobre as decisões do Governo, em especial o novo modelo de triagem prévia e encaminhamento obrigatório nas urgências de obstetria. André Ventura aponta o dedo ao Governo de estar a falhar em várias áreas. "O CHEGA chamará de urgência ao Parlamento a ministra da Saúde, para que dê justificações sobre o modelo que tem adotado de resposta do SNS às necessidades básicas da população, bem como para justificar e explicar este absurdo modelo de triagem prévia que está a implementar nos hospitais e nos serviços de urgência", anunciou o líder do partido em conferência de imprensa.

"Temos informação detalhada, em como diretores de serviços de hospitais e diretores clínicos levantam a questão de 'como foram marcadas estas consultas' e interrogam-se sobre a questão ética e legal destas consultas de só terem sido marcadas, para que o tempo médio de espera ou para que as listas de espera diminuam, sendo as pessoas depois informadas que a consulta não está marcada e que o agendamento é fictício"

Na sede do CHEGA, em Lisboa, indicou que os deputados querem questionar também Ana Paula Martins "sobre a veracidade das denúncias" que o partido diz que tem recebido "de que estão a ser marcados os atos médicos e cirúrgicos sem qualquer articulação com o serviço médico, com o único objetivo de mostrar números mais baixos nas listas de espera e no acesso a atos médicos". Ventura indicou que o pedido dará entrada na Assembleia da República "na próxima semana [semana do Natal]" e defendeu que a audição "poderia

ser nessa semana, se houver abertura para isso".

"Eu acho que fazia sentido ser na próxima semana, e eu falarei também com o presidente da Assembleia da República, a ver se será possível agendar para a semana. Acho que era do interesse de todos" que a audição acontecesse "antes do pico do inverno começar", referiu. O líder do CHEGA disse que estão em causa "vários serviços" e que estas situações se prendem "em regra" com a marcação de consultas e cirurgias.

"Isto é grave porque, para além de ser cosmética feita na saúde, nos serviços mais importantes para a vida das pessoas, revela também uma obsessão do Governo em enganar os utentes, apresentando números que teoricamente seriam melhores, mas que na verdade são tão maus quanto aqueles que deixou o anterior Governo", acusou.

Ventura considerou que "o objetivo é, a todo custo e sem qualquer critério ou sem qualquer limite ético, apresentar à população um nível de trabalho e de eficácia médica que não existe". Considerando que "as medidas que o Governo tem tomado nesta matéria não são boas e são ineficazes", o presidente do CHEGA disse que o partido avocará "todos os decretos que o Governo apresente nesta matéria da saúde, para que possam ser discutidos e melhorados em sede parlamentar".

Recorde-se que esta não é a primeira vez que a ministra da Saúde está debaixo de fogo. No último mês, o caos do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) fez com que o CHEGA pedisse a sua demissão. "Vamos dar o tempo ao primeiro-ministro de poder fazer alterações. Caso isso não seja feito no tempo do Orçamento do Estado, daremos entrada de uma condenação formal da ministra da Saúde no parlamento, recomendando e exigindo ao Governo a sua substituição", afirmou André Ventura, em novembro.





MOÇÃO DE CENSURA DO CHEGA FAZ CAIR GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA

POR FOLHA NACIONAL

O Parlamento da Madeira aprovou a moção de censura que fez cair o Governo Regional, pela primeira vez. "A luta pela transparência numa região autónoma que tem feito tudo menos transparência é um momento marcante na nossa história política dos últimos anos. É um momento marcante e é um exemplo e uma lição para o resto do país e para a Região Autónoma da Madeira, de que nós não podemos ser tolerantes com a corrupção, mesmo que isso tenha custos políticos e eleitorais", declarou o líder do CHEGA. A moção de censura proposta pelo CHEGA recebeu os votos a favor de toda a oposição - PS, JPP, CHEGA, IL e PAN, que juntos reúnem 26 eleitos, ultrapassando assim os 24 necessários à maioria absoluta -, enquanto o PSD e o CDS-PP (que tem um acordo parlamentar com os sociais-democratas) votaram contra. A luta contra a corrupção é uma das principais bandeiras do partido liderado por Ventura que "não pode ser só conversa caída em saco-roto" e "é mesmo para levar até às últimas consequências." Nesta senda, o Presidente do CHEGA considera que a queda do Governo Regional liderado pelo social-democrata Miguel Albuquerque, é algo "histórico" e "permitirá aos madeirenses e porto-santenses recuperarem a confiança nas suas instituições". Já para o presidente do Go-

verno Regional da Madeira, a queda do seu executivo com a aprovação de uma moção de censura, deixa a região "fica ligada à máquina". "É fácil destruir. Difícil é construir em cima de ruínas. Com a queda deste Governo e a convocação de novas eleições regionais, a Região Autónoma da Madeira, ficará ligada à máquina. Sem Governo e Orçamento", declarou Miguel Albuquerque no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal.

"É um momento marcante e é um exemplo e uma lição para o resto do país e para a Região Autónoma da Madeira, de que nós não podemos ser tolerantes com a corrupção, mesmo que isso tenha custos políticos e eleitorais"

Esta situação política na Madeira é, para o líder do CHEGA, responsabilidade do líder do PSD. Por essa razão, pediu "coragem política" a Luís Montenegro para afastar Miguel Albuquerque. "Ao reconduzir Miguel Albuquerque na presidência do Congresso do PSD, Luís Montenegro está a dar o sinal ao país que está tudo bem e que Miguel Albuquerque é apenas mais um político, entre outros, e que se pode e deve manter em função", criticou Ventura, defendendo que "é o momento para o PSD fazer o seu auto de consciência".

Sobre o futuro, o Presidente do CHEGA deu conta que "se houver novo governo, que seja com as pessoas não envolvidas nestas negociatas de Estado, se forem eleições cá estaremos para as disputar". "Agora, o que não pode acontecer é manter-se tudo na mesma, manterem-se os rostos e estas personalidades insistirem que não têm que dar nenhuma explicação sobre o que se passa", acrescentou, salientando que se o executivo mantiver a mesma composição "não contarão com o apoio do CHEGA". Confrontado com as acusações de que terá pressionado a liderança regional do partido para avançar com esta moção de censura, André Ventura sublinhou que "esta foi uma iniciativa apresentada pelo CHEGA/Madeira". "Foi público que eu concordei, que eu incentivei e que eu motivei, no sentido em que dei motivação para que esta ação se concretizasse. Quem votou, quem a apresentou, quem a discutiu foi o CHEGA/Madeira, não foi o presidente do CHEGA, nem foi o CHEGA nacional. Esta é, por isso, uma iniciativa que foi levada a cabo pelo CHEGA/Madeira e pelos seus deputados, que aliás votaram todos, em conjunto, por esta moção de censura", arrematou. A aprovação da moção de censura, uma situação inédita no arquipélago, implica, segundo o Estatuto Político-Administrativo da Madeira, a demissão do Governo Regional e a permanência em funções até à posse de uma nova equipa.



EDITORIAL
por NUNO VALENTE
DIRETOR DO FOLHA NACIONAL

AINDA SOARES

Para alguém como eu que cresceu a ouvir as histórias da África portuguesa, contadas por espoliados do ultramar português, a quem na metrópole apelidaram com o termo pejorativo de 'retornados', cresci a ouvir as histórias da vida em África, das picadas, das fazendas, da vida citadina em Luanda ou em Lourenço Marques, mas também os traumas de quem teve de fugir, muitos deles, com a roupa do corpo.

Cresci com estes portugueses de várias cores, desde chineses africanos, descendentes de macaenses e oriundos de Moçambique, a descendentes de indianos oriundos de Goa, a negros, brancos e mulatos, católicos, hindus ou muçulmanos, o que a extrema-esquerda 'woke' apelida de "lusotropicalismo", mas que formavam um Portugal ultramarino e que desde 1974 ficaram confinados à antiga metrópole. São eles a prova do racismo sistémico que hoje nos tentam impor? Claro que não, são a prova de um Portugal e de uma Portugalidade que se vê e se sente e basta irmos a Angola, Moçambique, Cabo Verde ou mesmo Timor, e sentimos essa 'brisa' que Pessoa retratou. Mas as histórias que ouvi desses espoliados, envoltas de 'saudades' e de uma mágoa maior, de quem levava uma vida de labuta dura e que deixou na África portuguesa tudo que tinham e muitos deles construído ao longo de várias gerações. Estes espoliados ou 'retornados' ficaram marcados por três nomes, que nunca esqueci, Mário Soares, Almeida Santos e Rosa Coutinho, aos quais acrescentavam Álvaro Cunhal e Vasco Gonçalves. Mas Mário Soares era o nome que para estes portugueses, que foram deixados ao abandono e à mercê dos movimentos de libertação, que graças à providência divina ou à coragem de alguns milicianos e militares, os ajudaram a fugir, porque foi o que tiveram na realidade de fazer. Mário Soares e a extrema-esquerda representam esta traição a estes portugueses de várias cores e credos, deixados para morrer ou para "atirar aos tubarões." Não posso esquecer também os milhares de comandos africanos, também eles portugueses, deixados para serem massacrados pela FNLA, MPLA, PAIGC ou FRELIMO. Numa palavra como descrevo Soares: simplesmente um traidor!

PRESIDENCIAIS: CHEGA QUER CANDIDATO DIRIGENTE OU MILITANTE DO PARTIDO

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O líder do CHEGA anunciou que o partido vai apoiar um candidato que seja dirigente ou militante nas próximas eleições presidenciais, em 2026. "Na sexta-feira [passada], eu tive a oportunidade de falar com a minha direção nacional, com a direção nacional do partido, e nós tomamos a decisão de que o partido tenha uma candidatura própria nestas eleições presidenciais" e "não apoiar uma candidatura independente", afirmou André Ventura, em conferência de imprensa na sede do CHEGA, em Lisboa. O líder do CHEGA indicou

que o partido "vai apoiar um militante seu, um dirigente seu, na candidatura à Presidência da República" em 2026. "Por entendermos que em áreas-chave que vão dominar a atualidade nos próximos meses, como o combate à imigração, à corrupção, exigia alguém que esteja ligado intrinsecamente a esses combates, e face ao que temos ouvido de outros possíveis candidatos estes temas não são a sua prioridade", justificou. O presidente do CHEGA reiterou que "até ao final do primeiro trimestre do próximo ano" revelará se será ele próprio o candidato às elei-

ções presidenciais, voltando a candidatar-se, depois de o ter feito em 2021. "Até final de março, apresentarei ao partido e tornarei público aquela que é a minha posição sobre as eleições presidenciais, sobre se vou avançar ou não para as eleições presidenciais em janeiro de 2026", garantiu. Nesta senda, Ventura indicou que estão "ainda num tempo próprio em que os partidos estão a encerrar um ano que foi um ano muito específico com eleições legislativas e eleições regionais, vamos ter provavelmente um ciclo de eleições na Madeira em breve, vamos ter eleições autárquicas, em



que estou muito empenhado também, e há aqui uma série de variantes que podem pesar numa candidatura presidencial."

"Até final de março, apresentarei ao partido e tornarei público aquela que é a minha posição sobre as eleições presidenciais, sobre se vou avançar ou não para as eleições presidenciais em janeiro de 2026"

Questionado se a sua decisão pode ser afetada por outras pessoas avançarem,

André Ventura disse que "há candidatos que seriam mais desconfortáveis de debater ou de enfrentar", e deu o exemplo do antigo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, mas defendeu que "as decisões políticas não podem ser tomadas com base em amizades nem em critérios de vida" e disse que "só Deus" pode condicionar a sua decisão. André Ventura foi candidato presidencial em 2021, tendo ficado em terceiro lugar. De acordo com os dados da Secretaria-geral do Ministério da Administração Interna, o presidente do CHEGA obteve 11,90% dos votos (496.773 votos).

MUNICÍPIOS EXIGEM SER "ESCRUTINADOS" POR QUEM CONHEÇA AS REGRAS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) exigiu que as autarquias sejam "escrutinadas" por entidades que tenham conhecimento dos procedimentos e regras a que estão sujeitas, defendendo o regresso da Inspeção-Geral da Administração Local (IGAL). "Os municípios pedem para ser escrutinados, avaliados e inspecionados por quem tenha conhecimento dos procedimentos e das regras a que estão sujeitos. Já pedimos, várias vezes, o regresso da Inspeção-Geral da Administração Local, que foi extinta na fase da troika", referiu a presidente da ANMP, Luísa Salgueiro. A ANMP assinou um protocolo de cooperação com o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), que visa apoiar os municípios na adoção de medidas que fomentem a transparência, integridade e prevenção da corrupção. No final da cerimónia, Luísa Salgueiro sublinhou a importância do regresso da IGAL, para regular e acompanhar o trabalho dos municípios.

"Os municípios pedem para ser escrutinados, avaliados e inspecionados por quem tenha conhecimento dos procedimentos e das regras a que estão sujeitos. Já pedimos, várias vezes, o regresso da Inspeção-Geral da Administração Local, que foi extinta na fase da troika"

"Para que identifique algo que não esteja a ser bem realizado, que não cumpra exatamente as regras e, também, do ponto de vista até pedagógico. A Inspeção, por vezes, fazia recomendações, no sentido de formar as equipas e esclarecer de que forma deveriam ser alterados os procedimentos", apontou. De acordo com a também presidente da Câmara de Matosinhos, os municípios não fogem ao escrutínio ou à avaliação de qualquer entidade. "Por vezes somos escrutinados por entidades que nada conhecem acerca das regras de funcionamento que se aplicam aos municípios", alegou.

FERNANDO MEDINA É ARGUIDO POR SUSPEITAS DE PREVARICAÇÃO



FONTE: FOLHA NACIONAL

Fernando Medina foi formalmente constituído arguido no âmbito do processo Tutti-Frutti, avançou a CNN Portugal na terça-feira. Depois de o Parlamento ter aprovado por unanimidade, em setembro, o parecer da comissão de transparência favorável ao levantamento da imunidade parlamentar do deputado socialista, antigo ministro das Finanças e ex-presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, foi entretanto interrogado no Departamento Central de Investigação

"Em causa está a atribuição alegadamente indevida, por mim, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 23 de março de 2017, de um apoio financeiro no valor de duzentos mil euros - a realizar em dois anos - à XV - Associação Amigos do Rugby de Belém, no âmbito do apoio ao associativismo desportivo"

e Ação Penal (DIAP) de Lisboa e constituído arguido. Como foi avançado pela CNN Portugal há cerca de um ano, "Fernando Medina estava sob suspeita de um acordo secreto com responsáveis do PSD, quando era autarca de Lisboa, para os dois partidos facilitarem a vitória em determinadas juntas de freguesia. Para além disso, há também suspeitas sobre um negócio que envolveu o apoio do rãguebi do Belenenses". Nesse processo, o antigo deputado do PSD Sérgio Azevedo, também constituído arguido, surge em escutas a dizer ao telefone que ficou "a dever favores ao Medina" pelos 200 mil euros que a Câmara deu ao rãguebi do Belenenses, para a construção de um campo cuja adjudicação de Azevedo queria entregar à empresa de um amigo, Carlos Eduardo Reis, atualmente deputado do PSD. "Em causa está a atribuição alegadamente indevida, por mim, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 23 de março de 2017, de um apoio financeiro no valor de duzentos mil euros - a realizar em dois anos - à XV - Associação Amigos do Rugby de Belém, no âmbito do apoio ao associativismo desportivo", explicou Fernando Medina em julho. A Operação Tutti-Frutti investiga, desde 2018, alegados favorecimentos a militantes do PS e do PSD, através de avenças e contratos públicos.

CÂMARAS E JUNTAS GASTAM MILHARES DE EUROS PARA TEREM CAIXAS MULTIBANCO



FONTE: FOLHA NACIONAL

Tal como se sabe, o levantamento de dinheiro nas caixas Multibanco e nas ATM (automated teller machines, na designação inglesa) é gratuito, mas há muitas autarquias e juntas de freguesia que estão a pagar para terem estes equipamentos e o preço é muito elevado. Avança o jornal Público que o investimento suportado pelo poder local na instalação destes aparelhos pode ascender a vários milhares de euros, a que se juntam custos de manutenção, como eletricidade, internet, serviços de videovigilância, entre outros, igualmente elevados. A encabeçar a lista do aparelho que mais despesa dá mensalmente, apurou o Público, está uma ATM colocada numa freguesia da ilha açoriana das Flores, a de Ponta Delgada, onde o município de Santa Cruz das Flores paga 630 euros por mês, ou seja, o equivalente a 7560 euros por ano, à Caixa Geral de Depósitos, ou os 465,75 euros pagos ao Bankinter, pela instalação de um equipamento numa freguesia de Castro Verde, no Alentejo. Em declarações ao mesmo jornal, o presidente da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), Jorge Veloso, disse estar preocupado com

“o crescente encerramento de balcões, um processo que vai continuar” e que “abre caminho à criação de um novo negócio, o das ATM pagas, quando as freguesias não têm meios para suportar mais despesas”.

A encabeçar a lista do aparelho que mais despesa dá mensalmente, apurou o Público, está uma ATM colocada numa freguesia da ilha açoriana das Flores, a de Ponta Delgada, onde o município de Santa Cruz das Flores paga 630 euros por mês, ou seja, o equivalente a 7560 euros por ano, à Caixa Geral de Depósitos.

Esta informação já havia sido referida pelo Jornal de Notícias, na altura do verão, quando escreveu sobre os alertas da ANAFRE para os custos elevados destas soluções e sobre os apelos da empresa ao atual Governo, mais concretamente ao Ministério da Coesão Territorial, para “não deixar cair um projeto – do anterior Governo – que previa a instalação de cerca de 200 ATM,

pela Caixa Geral de Depósitos, em freguesias mais isoladas ou mais desertificadas”. Segundo o presidente da ANAFRE, esse projeto, suspenso com a queda do Governo de António Costa, contava ainda com a participação do Banco de Portugal. “Um envolvimento que a instituição liderada por Mário Centeno, contactada pelo Público, não confirmou nem desmentiu”, escreve o jornal. Já em maio, a ANAFRE reuniu-se com o novo secretário de Estado da Administração Local e com o ministro adjunto da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, aguardando desenvolvimentos sobre este tema, uma vez que, em resposta ao Público, o Ministério da Coesão Territorial deu conta de que “têm sido avaliadas diversas estratégias” que deverão ser anunciadas no próximo ano. “O Governo tem conhecimento desta situação e reconhece os desafios enfrentados pelas autarquias, bem como o impacto direto na qualidade de vida das populações”, indica o ministério, salientando que “ao longo dos últimos meses, têm sido avaliadas diversas estratégias para dar resposta a esta questão, estimando-se que, em 2025, se verifiquem avanços importantes nesta matéria”.

MAIORIA DOS PORTUGUESES NÃO QUER IMIGRANTES INDOSTÂNICOS NO PAÍS

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

Cerca de dois terços dos portugueses querem menos imigrantes provenientes do subcontinente indiano, consideram a política de imigração demasiado permissiva e acusam os imigrantes de contribuírem para mais criminalidade, embora os considerem importantes para a economia. Segundo o barómetro da imigração, um inquérito alargado da Fundação Francisco Manuel dos Santos, divulgado por ocasião do Dia Internacional das Migrações, celebrado na quarta-feira, 63% dos inquiridos querem uma diminuição dos imigrantes do subcontinente indiano. O mesmo estudo conclui que 68% dos inquiridos consideram que a “política de imigração em vigor em Portugal é demasiado permissiva em relação à entrada de imigrantes”, 67,4% dizem que contribuem para mais criminalidade e 68,9% consideram que ajudam a manter salários baixos. Ao mesmo tempo, 68% concordam que os imigrantes “são fundamentais para a economia nacional”. No mesmo inquérito em que 42% dos inquiridos sobrestima o número de imigrantes em Portugal, a maioria é favorável à atribuição de direitos, como o direito de voto (58,8%), facilitação da naturalização (51,8%) ou dos processos de reagrupamento familiar (77,4%).

HÁ QUEM VENHA PARA PORTUGAL SÓ PARA ROUBAR

FONTE: FOLHA NACIONAL

Há redes internacionais organizadas que se dedicam a furtar casas em vários países europeus e Portugal não é exceção, segundo apurou o jornal Público, a partir de dados da Polícia de Segurança Pública (PSP). A PSP diz que a existência destes “grupos que entram no país apenas para cometer este tipo de crimes e voltam a sair” é considerado “uma preocupação”, apesar deste tipo de furtos terem diminuído este ano, quando comparados com o ano passado. Segundo o porta-voz da PSP, subintendente Sérgio Soares, “a própria Europol refere que, na União Europeia, estes grupos continuam a visar moradias e apartamentos, explorando as vulnerabilidades existentes na segurança dos imóveis.” “Entre janeiro e 30 de novembro, foram registados 6533 furtos no interior das residências, quando, no ano passado, no mesmo período, o número chegou aos 6914. A aumentar estão os furtos em área anexa a residência que, este ano, já alcançaram os 1747, quando no ano passado não ultrapassaram os 1484”, dá conta Sérgio Soares. Em 2023, avança o Público, foram autores de vários furtos grupos de albaneses, servo-croatas, ítalo-bósnios, georgianos e sul-americanos.

ABUSOS SEXUAIS ONLINE CONTRA CRIANÇAS AUMENTAM PERIGOSAMENTE

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC) alertou que os abusos sexuais na internet contra crianças “estão a aumentar de forma particularmente perigosa” e pediu reflexão e ações concretas porque “há muito a fazer”. Em entrevista à agência Lusa, Dulce Rocha destacou os abusos sexuais ‘online’ como o principal perigo atual para as crianças e jovens e defendeu que é preciso chamar as várias plataformas para travar a difusão de conteúdos abusivos, dando como exemplo o caso do Reino Unido, onde foram aprovadas “leis muito limitativas dos conteúdos abusivos”, que permitem o seu bloqueio. Dulce Rocha apontou que “tem sido muito difícil conseguir o consenso” dos estados-membros da União Europeia e alertou que “atualmente, quer o discurso de ódio, quer os conteúdos abusivos estão a aumentar de uma forma assustadora”. Alertou ainda que o facto de “a criança estar no quarto, não significa estar segura” e que, por isso, deve haver maior diálogo nas famílias e nas escolas, já que as crianças e jovens “sabem muito mais de internet do que os adultos.”

FATURA DA ELETRICIDADE PODE SUBIR QUASE UM EURO JÁ NO PRÓXIMO ANO

FONTE: FOLHA NACIONAL

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) confirmou que as tarifas das famílias que são abastecidas no mercado regulado de eletricidade subirão, em média, cerca de 2,1% já em janeiro. Contas feitas, isto significa que a fatura mensal da eletricidade, para uma família com um consumo anual de 1900 kilowatts hora (kWh), deverá subir 64 centimos, enquanto para os agregados com consumos anuais de 5000 kWh, poderá aumentar 1,6 euros. Contudo, estão também previstos para o próximo ano, o efeito combinado do agravamento tarifário e das

alterações aprovadas ao IVA da eletricidade, ou seja, a fatura final das famílias no mercado regulado deverá ser aliviada em 0,85 euros mensais para o perfil de menor consumo e em 0,91 euros no perfil de maior consumo. Segundo o Expresso, a versão definitiva da ERSE para as tarifas de eletricidade, para 2025, abrange cerca de 870 mil famílias abastecidas no mercado regulado. O regulador também definiu as tarifas de acesso à rede (TAR) para o próximo ano, que são transversais a todos os comercializadores de eletricidade, incluindo os que servem os quase 5,7 milhões de clientes no mer-

cado liberalizado. Nas tarifas de acesso, a ERSE aprovou uma descida de 3,6% na baixa tensão normal. Já para os clientes do mercado livre, a variação da fatura final dependerá das condições de cada fornecedor, combinando o efeito da descida de 3,6% nas tarifas de acesso e de outras variações na componente de energia e na margem de comercialização de cada fornecedor. A EDP Comercial já anunciou que em janeiro baixará em 6% a componente de energia. A Galp também aprovou uma descida de 6% na parcela de energia da fatura dos seus clientes domésticos.



PAGUE, SR. CONTRIBUINTE! AFINAL, O NOVO AEROPORTO IRÁ CUSTAR 9 MIL MILHÕES



FONTE: FOLHA NACIONAL

A ANA - Aeroportos de Portugal prevê que a construção do novo aeroporto de Lisboa, no Campo de Tiro de Alcochete, deverá custar cerca de 9 mil milhões de euros e os contribuintes poderão ter de vir a pagar. Quem o disse foi o ministro das Finanças, na terça-feira, que admitiu que a obra do novo aeroporto "poderá vir a contar com investimento público", apesar de ter deixado a garantia, em novembro, de que a infraestrutura não iria pesar nas

contas públicas. "O Governo procura que os encargos para o Orçamento do Estado sejam os mais limitados possível, e se possível até sem qualquer impacto para os contribuintes, sendo o financiamento totalmente privado. Veremos o que o relatório da Vinci/ANA dirá sobre este aspeto", afirmou Joaquim Miranda Sarmento. Avança o Correio da Manhã (CM) que o custo agora previsto da obra representa um aumento de 47% face aos 6,1 mil milhões de euros

estimados para a construção de duas pistas pela Comissão Técnica Independente, que escolheu Alcochete como o melhor local para a construção do novo aeroporto. Na proposta da nova infraestrutura aeroportuária, apresentada na terça-feira ao Governo, a ANA pediu que o prazo de concessão do novo aeroporto seja aumentado em 25 anos, para manter as taxas aeroportuárias competitivas e proteger o turismo.

"O Governo procura que os encargos para o Orçamento do Estado sejam os mais limitados possível, e se possível até sem qualquer impacto para os contribuintes, sendo o financiamento totalmente privado. Veremos o que o relatório da Vinci/ANA dirá sobre este aspeto"

A estimativa de custos para a construção do novo aeroporto de Lisboa, indicada no relatório 'High Level Assumption Report', tem em conta a tendência imprevisível do mercado da construção nos próximos anos. O aeroporto da Portela será alvo de um conjunto de obras para redução dos atrasos e recurso a voos noturnos.

MAIS REDUÇÕES DAS TAXAS DE JURO AO FUNDO DO TÚNEL

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

A presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, disse que prevê novas reduções das taxas de juro, na sequência da flexibilização já iniciada há vários meses, face à desinflação avançada e ao aumento dos riscos para o crescimento. "Se os dados que nos chegam continuarem a confirmar o nosso cenário de base, que prevê o regresso da inflação ao objetivo de 2% em 2025 na Zona Euro, a direção é clara: tencionamos reduzir ainda mais as taxas de juro", declarou Christine Lagarde durante um discurso em Viena, na Áustria. "A atual política monetária continua a ser restritiva", afirmou. Na quinta-feira da semana passada, o Banco Central Europeu (BCE) baixou a taxa de referência pela quarta vez desde junho, fixando-a em 3%.

"Se os dados que nos chegam continuarem a confirmar o nosso cenário de base, que prevê o regresso da inflação ao objetivo de 2% em 2025 na Zona Euro, a direção é clara: tencionamos reduzir ainda mais as taxas de juro"

As taxas do BCE têm um impacto direto sobre as taxas de juro do crédito cobradas pelos bancos às empresas e às famílias. Os mercados antecipam várias descidas das taxas pelo BCE em 2025, a fim de colocar a taxa de referência em "cerca de 2%", um nível considerado neutro e que não penaliza nem apoia a economia. De acordo com os analistas consultados pela Agência France Presse, o BCE pode seguir esta via porque o ambiente na Zona Euro mudou desde que a inflação atingiu mais de 10% no outono de 2022. Dois anos mais tarde, a preocupação prende-se com "perspetivas de crescimento mais fracas do que o esperado e com o aumento da incerteza associada a eventos geopolíticos", afirmou Lagarde, confiante de um regresso "sustentável" da inflação.

BRUXELAS ABRE PROCEDIMENTO DE INFRAÇÃO A PORTUGAL

FONTE: LUSA COM FN TÍTULO: FN

A Comissão Europeia decidiu abrir um procedimento de infração a Portugal por o país “não cumprir” as regras da União Europeia (UE) em matéria de contratos públicos no que respeita à subcontratação, dando dois meses para fazer alterações. “A Comissão Europeia decidiu enviar um parecer fundamentado a Portugal por não cumprir as regras da UE em matéria de contratos públicos no que respeita à subcontratação”, indica a instituição em comunicado. No dia em que divulgou o pacote de infrações relativo ao mês de dezembro, o executivo comunitário argumentou que “o Código dos Contratos Públicos português permite que as entidades adjudicantes limitem a parte de um contrato que pode ser subcontratada a outra empresa”. Porém, para a Comissão Europeia, “esta regra não está em conformidade com a diretiva, tal como interpretada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia”, razão pela qual a instituição avançou com um parecer fundamentado ao país. Portugal tem agora dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão Europeia poderá decidir remeter o caso para o Tribunal de Justiça da União Europeia. A diretiva em causa visa facilitar a participação das pequenas e médias empresas e a abertura da concorrência no mercado dos contratos públicos. No que toca à subcontratação, esta diretiva europeia visa “assegurar um certo grau de transparência”, é ainda indicado. Em paralelo, a Comissão Europeia abriu ainda um processo de infração a Portugal por falhas na aplicação das regras comuns para uso e armazenamento de substâncias perigosas.



OPINIÃO

por LUÍSA AREOSA | **DEPUTADA**

UM SANTO NATAL

As cidades iluminam-se com as decorações de Natal; as casas transformam-se com a árvore de Natal; o Pai Natal a subir e a descer pelas paredes, varandas, e chaminés e o presépio já em desuso, vai sendo colocado nos resistentes lares que teimam em dizer que são cristãos, sem vergonha nem medo de serem criticados e ridicularizados por um liberalismo que se instalou com o consumismo crescente, em que como baratas tontas, num frenesim de compras nesta época natalícia, os comerciantes carregados de taxas e impostos, vêem o mês de dezembro, como um balão de oxigénio para o seu negócio.

O Natal, também podemos dizer que além dos presentes, é a família reunida, o bacalhau, o polvo, o peru, e todas as iguarias doces, desde os sonhos, as rabanadas, o bolo-rei, o pudim abade de priscos e tantas outras, consoante o distrito em que nos encontremos.

Natal, também é uma mudança interior, é um nascer para uma vida nova, que poderemos ou não aceitar. Após este Natal uma vida nova pode começar para um Cidadão CHEGA, porque novos desafios vão ter de ser enfrentados.

Temos umas eleições autárquicas em 2025, que nos colocam numa situação em que teremos de pensar qual o papel de todos nós, para uma verdadeira mudança no nosso país.

A proximidade entre políticos e cidadãos tem de ser a mudança que o país necessita.

Um político não pode ter medo do seu povo e sem qualquer arrogância deverá ouvir quais as preocupações dos seus munícipes. A democracia não pode esgotar-se nas urnas. As novas tecnologias, cada vez mais oferecem ferramentas aos autarcas para consultarem os cidadãos.

O Poder Local é um serviço que tem de emanar dos autarcas para os cidadãos.

Na altura de decidir é tão simples, basta pensar qual o melhor interesse do povo.

Natal é nascer para uma vida nova, sem medo dos novos desafios, com o coração cheio de amor.

Um Santo Natal.

PASSAGEM DO CICLONE CHIDO FAZ 34 MORTOS EM MOÇAMBIQUE

FONTE: LUSA

Pelo menos 34 pessoas morreram em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, na passagem do ciclone tropical intenso Chido, no domingo passado, e 35 mil casas foram afetadas, além de 34 unidades sanitárias, segundo balanço preliminar divulgado na terça-feira. De acordo com um relatório do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, o ciclone tropical, que se formou em 5 de dezembro, no sudoeste do oceano Índico, entrou no domingo passado, pelo distrito de Mecúfi, na província de Cabo Delgado, no norte do país, “com ventos que rondaram os 260 quilómetros por hora” e chuvas fortes. O ciclone tropical intenso Chido, de escala 3 (1 a 5), atingiu a zona costeira do norte de Moçambique na noite de sábado para domingo, da semana passada, segundo o Centro Nacional Operativo de Emergência, mas enfraqueceu para tempestade tropical severa, apesar de continuar a fustigar as províncias a norte, com “chuvas muito fortes acima de 250 milímetros por 24 horas, acompanhadas de trovoadas e ventos com rajadas muito fortes”.

CORREIOS ROYAL MAIL VENDIDOS A MULTIMILIONÁRIO CHECO



FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O Governo britânico autorizou a venda da International Distribution Services (IDS), proprietária da antiga empresa estatal britânica de correios Royal Mail, ao multimilionário checo Daniel Kretinsky por 3600 milhões de libras (4330 milhões de euros). Com a “luz verde” do executivo londrino para a aquisição por parte do proprietário da empresa de energia EP Group, o histórico serviço postal britânico passará, pela primeira vez, a ser propriedade estrangeira. Kretinsky afirmou ter chegado a um “compromisso juridicamente vinculativo” com o Governo para a aquisição da IDS, a fim de “salvaguardar o importante papel que o Royal Mail desempenha no Reino Unido”. O EP Group revelou ainda que foram alcançados acordos com os grupos sindicais Communication Workers` Union e United.

CHANCELER ALEMÃO PERDE MOÇÃO DE CONFIANÇA E GOVERNO CAI

FONTE: LUSA TÍTULO: FN

O chanceler alemão, Olaf Scholz, perdeu a votação da moção de confiança no Bundestag (parlamento), tal como previsto, abrindo caminho à dissolução parlamentar, que levará o país a eleições antecipadas em fevereiro. A moção de confiança, que tinha sido levada ao parlamento alemão na passada quarta-feira, foi votada na segunda-feira pouco depois das 16h00 (hora local, 15h00 em Lisboa), tendo como resultado 207 votos a favor, 394 votos contra e 116 abstenções. Scholz precisava do voto de pelo menos 367 deputados para que fosse aprovada a moção de confiança. O ainda chanceler está agora no Schloss Bellevue para propor ao presidente alemão que o Bundestag seja dissolvido. Frank-Walter Steinmeier tem 21 dias para o fazer e para convocar formalmente eleições que deverão acontecer num prazo de 60 dias. Os alemães deverão ir novamente às urnas a 23 de fevereiro, mais de meio ano antes do previsto, uma data com a qual a maioria dos partidos já concordou. A votação desta moção de confiança surge mais de um mês depois do fim da coligação, a 6 de novembro, composta pelo Partido Social Democrata (SPD), os Verdes e os liberais do FDP.

OPERAÇÕES CONTRA A SINISTRALIDADE NO NATAL E ANO NOVO

A Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) já iniciaram a Operação "Natal e Ano Novo 2024/2025", com o reforço do patrulhamento durante os períodos festivos, com o objetivo de reduzir a criminalidade geral e a sinistralidade rodoviária nos locais de maior afluência. Ambas as forças de segurança explicam que as operações se prolongam até ao dia 2 de janeiro, abrangendo todo o período em que se prevê maior movimentação de pessoas e mais tráfego rodoviário.

POPULAÇÃO EM PORTUGAL CRESCER POR CAUSA DOS ... IMIGRANTES

A população residente em Portugal aumentou 1,16% em 2023, comparativamente com o ano anterior, impulsionada por uma variação positiva da componente migratória e uma diminuição da componente natural, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE). "A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2023, foi estimada em 10.639.726 de habitantes, o que significou um aumento de 1,16% em relação ao valor do ano anterior". O INE justificou o aumento da população residente com o resultado da "combinação de uma variação positiva na componente migratória (1,47%) e de uma diminuição na componente natural (-0,31%)".

PROCURA MUNDIAL DE CARVÃO ATINGE RECORDE EM 2024

A procura mundial de carvão atingiu um nível recorde este ano, mas deverá estabilizar até 2027, dado o crescimento das renováveis para satisfazer a procura crescente de eletricidade, anunciou a Agência Internacional de Energia (AIE). "Depois de ter atingido um nível recorde em 2024", com 8,77 mil milhões de toneladas, "a procura global de carvão deverá estabilizar nos próximos anos" devido ao forte crescimento das energias renováveis, escreveu a AIE no relatório do período 2024-2027.



PORTUGAL REAL

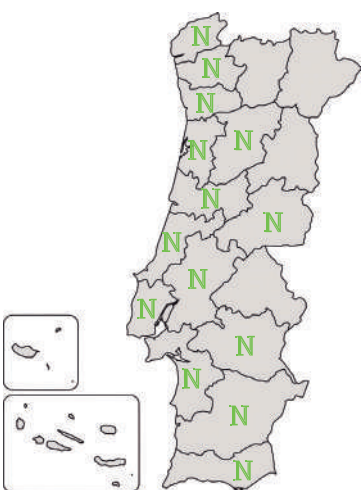
CHEGA NO BARREIRO APRESENTA 'A MINHA JUNTA PARA JOVENS'



O autarca do CHEGA Barreiro, Marco Almeida, eleito para a União das Freguesias de Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena, viu aprovada na Assembleia de Freguesia a proposta: "A Minha Junta para Jovens: Um Programa Aprovado e de Sucesso na Nossa Comunidade." Embora o nome do programa seja "A Minha Junta para Jovens", o foco principal está nas crianças que terão a oportunidade de começar a explorar, ainda na infância, o seu papel na comunidade.

O autarca do CHEGA reforçou que "é essencial preparar as gerações futuras desde cedo, criando espaços para poderem aprender, experimentar e dar os primeiros passos como cidadãos participativos." O principal objetivo deste programa é fomentar um espírito participativo nas crianças, incentivando-as a colaborar em iniciativas e projetos locais que reflitam as suas necessidades e sonhos, integrando as suas ideias e sugestões nas decisões da Freguesia.

O Folha Nacional em Portugal



Cultura

HÁ CINEMA PORTUGUÊS EM COMPETIÇÃO NO FESTIVAL DE ROTERDÃO

Filmes de Maria Inês Gonçalves, Sandro Aguilar e José Filipe Costa vão ter estreia mundial, em competição, no Festival Internacional de Cinema de Roterdão, em janeiro nos Países Baixos. Segundo a organização, este festival cumprirá a 54.ª edição de 30 de janeiro a 9 de fevereiro.

PAULA REGO, ADRIANA VAREJÃO E CARLOS BUNGA EM DESTAQUE NO CAM EM 2025

Uma exposição que junta Paula Rego e Adriana Varejão e outra que põe em diálogo novas criações de Carlos Bunga com obras da coleção do Centro de Arte Moderna (CAM) são alguns destaques da programação da Gulbenkian para 2025.

FESTIVAL DE PORTALEGRE MOSTRA CURTAS-METRAGENS DE ALUNOS

Os alunos escolheram temas como o amor ou o suicídio, porque são "significativos", revela o responsável de projetos da Cabeçudos, Rui Andrade. As obras vão ser apresentadas no Centro de Artes e do Espetáculo de Portalegre, no âmbito da 6.ª edição do Festival Alto Cinema. Os 100 alunos representam os agrupamentos de escolas José Régio, em Portalegre e de Avis, Campo Maior, Castelo de Vide e Crato.

Insólito da Semana 'YOU TO BE' MEU FILHO

E se pensasse que tinha um filho, mas na realidade tinha dois e não sabia? Parece invenção, mas aconteceu no Brasil, quando uma mãe viu um vídeo de um menino, de dois anos, na escola, igual ao seu filho. A progenitora quando viu o vídeo ficou "atorada", pois era igual ao seu filho. Uma troca na maternidade tinha separado os gémeos, mas também outra criança das suas famílias biológicas. Após um teste de ADN ficou comprovado que os bebés eram irmãos. É caso para dizer que um filho nem sempre vem sozinho.

CANAL DE DENÚNCIAS

DÁ ESPAÇO À TUA VOZ E À TUA CIDADANIA!

euvi!

O canal seguro e confidencial para o cidadão. Envia-nos a tua denúncia através do e-mail euvi@folhanacional.pt



O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PRÉMISSA DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUBDIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO E DO EDITOR (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LUPI, N.º 12, 1200-725 LISBOA NIF 515 540 420 NÚMERO DE REGISTO ERC 127829 IMPRESSÃO EMPRE- SA GRÁFICA FUNCHALENSE, S.A RUA DA CAPELA NOSSA SRA. DA CONCEIÇÃO 50, 2715-311 PÉRO PINHEIRO SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 28 400 UNIDADES

